

REVISTA DE ANTROPOLOGIA

Volume 10.º

Junho e Dezembro de 1962

N.ºs 1 e 2

A IDÉIA DE PROGRESSO.

E' POSSÍVEL UMA NOÇÃO CIENTÍFICA DE PROGRESSO?

FERNANDO DE AZEVEDO

Professor da Universidade de São Paulo

Não é aqui o lugar para traçar, ainda que em síntese apertadíssima, a história da idéia do progresso, que, tida em geral por muito recente, remonta, em suas origens mais remotas, a uma das correntes de pensamento na Grécia antiga. Mas, se não é êste o momento para escrevê-la, pois outro é o problema que nos preocupa, são para nós de um interêsse particular, no tocante à questão, — objeto dêste pequeno estudo, algumas indicações de certos aspectos e tendências na evolução da idéia do progresso. Implicada em teorias como, nos fins do VI e no V século, as dos sofistas, que inauguraram a querela dos antigos e modernos e são, como pensa René Hubert, “os verdadeiros inventores da idéia de progresso”; desenvolvida, de um lado, pelo cristianismo, com suas idéias de salvação e de aperfeiçoamento moral, e, de outro, pelos humanistas, com “suas concepções do valor da cultura, da libertação pela cultura e do papel do tempo”, ela foi mais explicitamente formulada, sob sua forma intelectual, pelos Enciclopedistas. Foi, porém, na França, com Condorcet, Comte e Renouvier, o qual, aliás, liga essa noção à liberdade, com Herbert Spencer, na Inglaterra, Herder e Hegel, na Alemanha, que tomou corpo, e, a despeito de suas imprecisões, maior amplitude e significação. São, como os qualifica René Hubert, “os clássicos da idéia do progresso”. Se essa idéia se apresenta, em geral, como “um dos principais juízos de valor que o homem faz sôbre sua condição no passado, no presente e no futuro” (as palavras são de Friedmann), já para Condorcet o progresso está inscrito na natureza humana, nas leis da natureza universal; para Comte, que não considera o progresso senão como a realização da ordem, o progresso é realmente uma lei natural; como o é para Spencer, em cujo pensamento toma êle o sentido de uma lei natural e universal, inteiramente objetiva.

Ora, considerado como um dêses juízos apreciativos, subjetivos, que traduzem antes disposições ou estados de espírito do que realidades exteriores, ora definido como um fato, “uma relação, uma lei que resulta da natureza das coisas”, a idéia do progresso parece oscilar, no seu desenvolvimento histórico, entre o plano dos juízos de valor e o dos juízos de rea-

lidade. Íntimamente ligada a conotações valorativas, mantém-se como uma questão eminentemente filosófica, ou delas, nessa ou naquela concepção, procura desprender-se para assumir o caráter objetivo de uma lei natural. E' certamente uma e outra coisa, conforme o ângulo de visão ou o ponto de vista, filosófico ou científico, que tomamos para analisar o progresso, no seu conteúdo conceptual. Aliás, como escreve Charles Gide, é preciso representar-se o valor "como uma iluminação das coisas sob o raio de luz projetado por nosso desejo". Entre êsses dois polos, — juízos de valor e juízos objetivos, dir-se-ia mover-se, com suas contradições internas, sem se fixar em nenhum dêles, a questão sumamente importante do progresso, como o revela a história dessa idéia, tão surpreendente e sugestiva como a de tôdas as idéias, no seu desenvolvimento lógico, em suas variações, distinções mais ou menos nítidas, desvios e enriquecimentos. Seja qual fôr a interpretação que se tenha dado ou se possa dar à noção de progresso, — "interpretação mecânica ou orgânica, naturalista ou idealista, determinista ou finalista", não me parece ter sido ainda examinada com precisão neste sentido, a saber, se é apenas um juízo de valor ou se é suscetível de ser tratada, segundo se admitiu no século XIX, como um juízo de realidade, — um fato, uma relação, uma lei natural, sem conotações valorativas.

A história da idéia do progresso mostra-nos, no entanto, que nem sempre essa noção se apresenta necessariamente ligada a considerações valorativas. Êsse ponto de vista, que por certo predomina, não é constante na história da idéia, em que ora se afirma com vigor, ligando a noção de progresso a valores morais, religiosos, intelectuais ou políticos, ora cede o lugar a juízos objetivos, implicados em teorias ou claramente enunciados. Que tem sido êsse termo, — progresso, utilizado, em função de juízos de valor, de tal modo que, em consequência, o que é progresso, para uns, não o é para outros, não há sombra de dúvida. A diversidade de critérios, aplicados para conceituar o "progresso", conforme tais ou quais concepções de vida e de cultura, é uma, entre tantas outras provas de que essa palavra tem viajado, no espaço e no tempo, tão ligada a sistemas de valores e com tanta carga emocional que não podiam deixar de torná-la suspeita nos domínios da ciência social. Daí, a rejeição, sem maiores exames, da idéia de progresso como uma noção científica, no pressuposto de não ser possível despojá-la de considerações valorativas. Mas, entre a constatação dêsse fato e a afirmação gratuita, como se verá, de que não podemos empregar a palavra em questão sem que isso envolva sempre implicações filosóficas, há uma grande distância, que, no estado atual da ciência, não me parece difícil vencer. Antes, porém, de atacarmos de perto a questão que nos interessa de modo particular, cremos que poderá proejtar sobre ela alguma luz uma rápida incursão sobre a origem da palavra "progresso" e suas variações de sentido. Nem sempre serão úteis essas incursões

no domínio etimológico e semântico, sobretudo quando se trata de terminologia científica, em que as ciências criam as palavras de que necessitam ou as tomam de empréstimo à língua corrente, para lhes darem um novo sentido. Mas, no caso presente, a palavra tem na sua origem e guarda, no seu desenvolvimento histórico e no estado atual da língua, onde a filosofia e a sociologia foram buscá-la, um sentido positivo, de um juízo de realidade, que os próprios dicionários filosóficos registam e é legítimo restaurar.

De fato, se tomarmos a palavra “progresso” no sentido etimológico e na sua acepção usual, será fácil verificar que ela, originariamente, não estava e, na língua corrente, nem sempre está ligada a juízos subjetivos ou apreciativos, e que a idéia de evolução “para melhor”, é uma conotação que tomou ou pode tomar, implicando interpretações segundo esta ou aquela tábua de valores, uma determinada concepção de vida e, portanto, segundo nossas preferências. Grupos dos mais diversos, — médicos, militares, economistas, matemáticos, por exemplo, nem por isso deixaram de empregá-la em sentidos objetivos, claros e precisos. A palavra, como se sabe, de origem latina, vem de *progredior* (*progressus sum, progredi*) — ir para diante, avançar, andar, progredir, fazer progressos; donde, *progressio*, — adiantamento, avanço, desenvolvimento, progresso (*progressio discendi*, — desenvolvimento, progresso no estudo), e *progressus* — ação de caminhar, de ir para diante (*progressus aetatis*, — o andar, o avançar dos anos). Em seu sentido contrário, *regredior, regressus sum*, — ir ou andar para trás, retroceder, regredir. E’ com êsses mesmos sentidos que passaram para o português não só o verbo *progredir*, “caminhar para adiante, avançar, ir aumentando, evolver, adiantar-se”, como os seus derivados *progressão* (progredimento, continuação) e *progresso*, — “movimento ou marcha para frente, desenvolvimento, aumento”, e também “adiantamento em sentido favorável”. Nessa e apenas nessa última acepção, é que a palavra “progressus”, transferida à língua vernácula e a outras línguas em que se incorporou, toma o caráter de um juízo valorativo. O termo “progressão” adquire, porém, na linguagem matemática, uma conotação especial (progressão matemática ou geométrica); e, quando se diz, em medicina, que a moléstia progride ou regride, se fala em “progresso” de uma doença, ou quando militares se referem a progressos nas operações, é sempre um juízo objetivo que se afirma ou se pretende afirmar. E’ nesse sentido (marcha para diante, movimento numa direção definida) que dizemos, ainda, “progressos da criminalidade, do alcoolismo”.

Já se vê, pois, que a palavra apresenta com frequência dois sentidos diferentes, um, objetivo, que é o de desenvolvimento, avanço, movimento em determinada direção, e o outro, de evolução para melhor, “quer num domínio limitado, quer no conjunto das coisas”, sem contar o sentido sin-

gular que lhe deu Pascal, em *Pensées*, citado por Lalande, e de que não há outro exemplo¹. Ora, se é das palavras sofrerem transformações semânticas e se passa grande número delas por essas mudanças, e se assumem acepções diferentes nas línguas especiais, não há nenhuma razão para, somente em relação ao termo “progresso”, nos fixarmos em um de seus sentidos (exatamente o extra-científico, — “transformação do menos bem ao melhor”), quando é suscetível de outras acepções. Vocábulos que se incorporaram à terminologia científica, e, particularmente, ao vocabulário sociológico, não são empregados nos seus sentidos comuns ou mais correntes, mas nos que se lhes atribuíram, para atender a necessidades especiais, nos diversos domínios científicos. Podiam-se multiplicar os exemplos. Citemos apenas alguns. A palavra “filosofia”, que, depois dos gregos, já significou a) enciclopédia das ciências, b) síntese dos conhecimentos, sistemas, sùmulas, suma, c) esfôrço para síntese total, ficou, mas para designar coisa diferente do que por ela exprimiam em geral os antigos. Veja-se a distinção que estabelece Abel Rey, em “La philosophie moderne”, entre espírito científico e espírito filosófico. Assim, no plano sociológico, as palavras “evolução, órgão, função, capilaridade”, que se empregam em sentidos diferentes de sua originária conotação biológica ou física; e “cultura”, que, tendo uma acepção especial, na França, e outra, em alemães, tomou em antropologia (antropologia cultural) um sentido próprio, muito diverso das acepções correntes². Essas considerações preliminares de caráter semântico ou ligadas à constituição da terminologia científica, já nos levam ao menos à conclusão de que não se pode excomungar, sem uma revisão do processo, a palavra “progresso” e desterrá-la como indesejável, e com ares científicos, do campo dos estudos sociológicos.

Vamos, pois, ao nosso problema capital, isto é, ao problema que elegemos por objeto dêste estudo e já é tempo de pôr em seus termos exatos. E’ possível despojar a palavra “progresso” das conotações valorativas que lhe aderiram e tendem a parasitá-la, impedindo-nos até certo ponto ou reduzindo as possibilidades de examinar, segundo uma perspectiva sociológica, e, portanto, científica, o progresso, não somente técnico, como também social? Ou, por outras palavras, é possível tomar uma atitude objetiva em face da idéia de progresso, fazer abstração de nossas preferências e dos impulsos de nossa sensibilidade para analisar e tratar o progresso como êle é ou se desenvolve no plano do real? Ou, ainda, é possível formular uma noção científica de progresso? Esta é a questão que pretende-

1) André Lalande — *Vocabulaire technique et critique de la Philosophie*. V. “Progress”. Librairie Félix Alcan, Paris, 1938.

2) E. Tonnelat — *Kultur. Histoire du mot. Evolution du sens*. In *Civilisation. Le mot et l'idée*. Exposés. Première Semaine Internationale de Synthèse. Deuxième Fascicule. Librairie Félix Alcan. Paris.

mos, não resolver, mas analisar e discutir. E' certo que, enquanto considerarmos o progresso como "uma transformação gradual do bem para o melhor", — transformação apreciada à luz de ideais variáveis conforme as concepções de vida e uma determinada tábua de valores, a questão não se deslocará do terreno filosófico em que, geralmente, se procura mantê-la. Pois, a idéia de "melhor" está e fica sempre condicionada a pontos de vista particulares, carregando-se o termo de considerações extra-científicas. Mas ainda assim (diga-se de passagem), quando a idéia de progresso está ou fica ligada a determinados sistemas de valores, isto é, quando o progresso é considerado, dentro de uma concepção de vida e de cultura, uma "evolução para melhor", podemos investigá-lo e analisá-lo, de um ponto de vista científico, tomando por base ou ponto de partida o que, numa sociedade, em determinada fase de sua evolução, é considerado um "bem", e examinar o desenvolvimento do bem para melhor, segundo a direção indicada pelos valores sociais dominantes. Proceder à investigação e à análise dêsse movimento numa direção definida, partindo da análise de valores sócio-culturais, que são, também êles, suscetíveis de serem cientificamente pesquisados e estudados, não é proceder com espírito e métodos sociológicos? Não são os juízos de valor, os valores socialmente aprovados um dado da realidade, e não é outro dado do real o movimento que, nessa ou naquela sociedade, se processa e que ela tenha por uma "evolução para melhor", segundo o seu sistema de valores?

Mas o que me interessa, neste trabalho, é examinar a possibilidade de se formular uma noção científica, objetiva, de progresso. Pois, no seu sentido, tão freqüente, de uma evolução para melhor ou de "transformação gradual do menos bem para o melhor, quer num domínio limitado, quer no conjunto das coisas", progresso, como já anotou Lalande, "é um termo essencialmente relativo, pois que depende da opinião professada por aquêle que fala sôbre a escala de valores de que se trata". Por estar ligado, nesse sentido a juízos de valor que traduzem as tendências de nossas idéias e de nossas sensibilidades, o que é progresso para uns, nesse ou naquele domínio ou no conjunto das coisas, não é ou pode não ser para outros, como já observamos. E' assim, nesse sentido, um termo "essencialmente relativo". Resta saber, porém, se pode também ser tomado absolutamente como expressão de um juízo objetivo, suscetível, portanto, de se enquadrar entre os juízos de realidade, os quais atribuem certas propriedades a seres ou a coisas, abstração feita de nossos desejos, de nossas repugnâncias ou de nossas simpatias. A questão encrespa-se de dificuldades, mais ou menos sentidas e muitas vêzes exageradas pelos que tem abordado êste assunto, e para uma das quais apontou Lalande na breve análise crítica dos sentidos da palavra. "Progresso, tomado absolutamente (escreve êle), é uma expressão muito empregada: faz-se dela muitas vê-

zes uma espécie de necessidade histórica ou cósmica, algumas vezes um poder real que age sôbre os indivíduos, uma *necessidade coletiva que se manifesta nas transformações das sociedades*. . Mas a dificuldade está em dar um conteúdo preciso a esta fórmula ou, por outras palavras, em determinar *a direção e o sentido dêsse movimento*. Nós pensamos que devemos fixar-nos na definição formal que é dada acima, sem procurar uma definição explicativa, resumindo os caracteres comuns de tudo aquilo cuja realização é comumente considerado como um progresso”³.

Observações certamente lúcidas e precisas. Não é, porém, nesses termos em que “progresso” já é tomado absolutamente, que se tem de colocar a questão, se se pretende examiná-la segundo uma perspectiva sociológica. Pois, sendo, ou podendo ser, como observa Lalande, “uma necessidade coletiva que se manifesta nas transformações das sociedades”, não basta reconhecer êsse fato em si mesmo, quando se procura dar um conteúdo conceptual objetivo, e tão exato quanto possível, à palavra “progresso”. Se tivemos o cuidado de citar na íntegra o trecho de Lalande, foi para deixar claro que, concordando com sua análise crítica, nos afastamos de sua conclusão. Na tentativa de lhe dar um conteúdo científico, tanto nos recusamos a formular a noção de progresso, na base exclusiva da idéia de necessidade histórica ou de “*necessidade coletiva, que se manifesta nas transformações das sociedades*”, quanto renunciámos, para exprimi-la, às teorias de perfectibilidade humana, centradas na crença da unidade fundamental do espírito e baseadas quer no aperfeiçoamento do espírito humano (Condorcet), quer na evolução biológica (Spencer), como às teorias diversas de progresso contínuo e indefinido das sociedades numa única direção. São, todos êsses, caminhos que, longe de nos levarem à solução do problema, dela tendem a desviar-nos para concepções filosóficas e extra-científicas do progresso. Sem a pretensão de percorrermos o único caminho seguro, é certo que nos esforçamos por dar, escolhendo um entre outros, uma contribuição ao esclarecimento de um problema, tantas vezes abandonado quantas vezes pôsto em termos diferentes. Pois, para o colocarmos em novos termos e, quanto possa julgá-lo, em seus termos exatos, é preciso procurar critérios que nos permitam despojar a palavra dos elementos subjetivos que a tornam suspeita do ponto de vista sociológico e, portanto, científico. Em uma breve história da idéia de progresso e tendo em conta a complexidade dessa noção, René Hubert, propõe uma definição provisória, em que entram, no entanto, dois dêsses elementos. “Todo progresso (conclui êle) supõe: a) uma mudança, um vir a ser; b) uma orientação, uma direção, isto é, uma intencionalidade; c) uma aspiração para me-

3) A. Lalande — *Vocabulaire technique et critique de la Philosophie*. Librairie Félix Alcan, Paris, 1938.

lhor, o que implica um juízo de valor”⁴. Ora, é precisamente dos elementos *b*) e *c*) que se tem de erradicar para lhe tirarmos o caráter relativo, a noção de progresso, em que à idéia de “movimento para diante em uma direção determinada” não estão necessariamente ligadas a de evolução para melhor e a intencionalidade, como se afirma na citada definição.

Parecem-me exatas, sim, as observações com que em breves palavras, Henri Berr definiu seu ponto de vista, à margem dos debates travados sobre a noção de progresso em face da ciência atual. “A noção de progresso, — na qual se erra em misturar elementos muito diversos, — impõe-se ao espírito, se nos limitarmos a constatar o desenvolvimento da consciência e o acréscimo do poder do homem sobre as coisas. Mas, de uma parte, as relações desse poder e da felicidade põem um problema que não pode ser resolvido atualmente senão por um ato de fé, aliás útil ao progresso. De outra parte, salvo no que concerne à vida, a evolução da natureza, no estado atual da ciência, não pode comportar ligação com o progresso humano senão por hipóteses filosóficas”⁵. Isto pôsto, e aceitas essas ressalvas, começaremos por examinar o que pode justificar uma concepção positiva de progresso na sociedade, considerada em suas realizações e seus aspectos culturais, como na estrutura e na dinâmica social. Quando Henri Berr fala “em acréscimo do poder do homem sobre as coisas” e nos referimos a realizações e aspectos culturais da sociedade, entramos no domínio da cultura, quer no seu sentido restrito (artístico, literário, científico e técnico), quer em uma de suas manifestações compreendidas na acepção antropológica, muito ampla, que a palavra tomou. Pois, cultura, como se sabe, é uma noção polimórfica e, embora tenha tomado acepções diversas, assumiu na antropologia, um sentido largamente compreensivo, abrangendo as idéias, instituições, realizações humanas, materiais ou não materiais. Mas, como vamos iniciar nossa análise pelo desenvolvimento cultural, particularmente científico e técnico, e, portanto, num domínio mais limitado da cultura, é do maior interesse ter presentes a dupla observação de Ortega y Gasset a respeito do aumento crescente do volume de conhecimentos e do não desenvolvimento da capacidade de aprendizagem do homem, e o fato de que a evolução científica e técnica transformou não o homem biológico, mas o conjunto biomecânico constituído pelo homem e pelos instrumentos de que se utiliza no seu ambiente sócio-cultural.

4) René Hubert — *Histoire de l'idée de progrès*. In *La notion de progrès devant la science actuelle*. Exposés. Sixième Semaine Internationale de Synthèse. Librairie Félix Alcan, Paris, 1938.

5) *La notion de progrès devant la science actuelle*. Exposés. Sixième Semaine Internationale de Synthèse. Henri Berr — *Avant-propos*. Librairie Félix Alcan. Paris, 1938.

E' um fato positivo que a ciência, a técnica e o desenvolvimento cultural constituem quantidades determinadas e mensuráveis e que os conhecimentos crescem não somente em volume, mas também em variedade, em alcance (mensurável pelas suas conseqüências sociais, econômicas e políticas) e em poder de expansão. Tome-se, por exemplo, a teoria de "projeção espontânea", de Louis Weber, que, analisando o desenvolvimento das invenções, as distingue em três espécies: 1) as que aumentam o poder das mãos (ferramentas); 2) as que aumentam o poder defensivo e o dos sentidos (instrumentos); 3) e as que facilitam a extração e as transformações da matéria (máquinofatura) e o deslocamento no espaço (máquinas, veículos). Ora, o progresso de tôdas essas espécies de invenção, o qual se faz por acumulação, seleção e aperfeiçoamento, é suscetível de análises qualitativas e quantitativas, com um rigor cada vez maior de exatidão. Se considerarmos atentamente o desenvolvimento das ciências e de suas conquistas positivas como o das técnicas modernas de produção, de transporte, de comunicação e recreação, — técnicas provenientes das descobertas científicas, parece que, como já observou Robert Wiener, estamos no comêço de uma terceira revolução industrial, não só comparável à que se produziu com a descoberta da máquina a vapor e das jazidas carboníferas, nas últimas décadas do século XVIII, na Inglaterra, e à que resultou, no século XIX com a descoberta da eletricidade, dos combustíveis líquidos e dos motores de explosão, como também, certamente, muito mais importante, sob todos os aspectos, do que as duas anteriores. Esta revolução provém tanto da descoberta da energia atômica (é a era atômica que se inaugura) quanto, como lembra Robert Vallée, das aplicações da cibernética: enquanto as duas primeiras revoluções industriais resultaram da introdução dos métodos mais cômodos de obtenção de energia (mecânica, elétrica etc.), a terceira tem uma de suas origens nas faculdades novas que se encontram agora na realização automática de certos processos mentais próprios e até então exclusivos do homem. As duas primeiras revoluções marcam uma espécie de desvalorização econômica da força muscular, e esta última uma desvalorização no plano cerebral e uma de cujas conseqüências é o desaparecimento de empregos que reclamam faculdades intelectuais, embora menores: certos ramos de trabalho, de contabilidade, de estatística, de cálculo numérico, se tornarão domínio de atividades reservadas às máquinas, como, por exemplo, a máquina Bessie (cérebro eletrônico) e a Mark III, já ultrapassadas por outras mais aperfeiçoadas.

Já encontramos, pois, aqui um critério objetivo para definir o progresso que, nas esferas da ciências e da técnica, será "a acumulação de aquisições materiais e de conhecimentos experimentalmente comprovados, de uma cultura". Se o progresso, nesse domínio, se realiza por acumulação de descobertas científicas e suas utilizações na prática e, portanto, de invenções; se essas são suscetíveis de constante aperfeiçoamento e se se pro-

cessa a seleção delas por um grau cada vez mais alto de refinamento, é evidente que acumulação, aperfeiçoamento progressivo e seleção de técnicas de toda ordem constituem níveis de qualidade e quantidades determinadas e mensuráveis, dados rigorosamente objetivos. A noção de progresso, que é “um movimento numa direção definida”, despoja-se, neste caso, de elementos subjetivos que são os valores: é uma noção científica. E’ o que nitidamente percebeu, entre outros, Paul Valéry, em uma de suas análises finas e penetrantes, quando em “Propos sur le progrès”, tentando dar uma idéia positiva do que se chama “progresso” e, eliminando toda consideração de ordem moral, política ou estética, definiu progresso como “o acréscimo muito rápido e sensível” (e, podemos acrescentar, mensurável) “do poder mecânico utilizável pelos homens e o de precisão que eles podem atingir em suas previsões”. Um número de cavalos-vapor, um número de decimais verificáveis, eis índices que não se pode duvidar tenham grandemente aumentado desde um século⁶. Se há um acréscimo de conhecimentos, do poder ou domínio do homem sobre a natureza e de precisão nas suas previsões (científicas, como as meteorológicas, físicas, biológicas, médicas, sociais ou políticas), estamos em face de um progresso cientificamente determinável e, portanto, de uma noção objetiva de progresso. Mas, se, na esfera de conhecimentos, da ciência e da técnica, é, como se vê, relativamente fácil definir em termos científicos a noção de progresso, aliviando-a de toda a carga de juízos de valor, pergunta-se como atingir precisão, igual ou equivalente, no domínio dos fatos e problemas sociais?

Encaremos agora a questão sob esse outro aspecto ou, mais precisamente, vejamos o que se entende ou se pode entender por progresso social. O desenvolvimento e o enriquecimento da experiência humana, nessa ou naquela sociedade, nesse ou naquele tipo de civilização, podem resultar e efetivamente tem resultado das reações dos grupos sociais ao seu meio natural e a fatores ou influências externas no seu processo de adaptação a esse meio e a novas condições criadas pelos contactos com culturas diferentes. Mas essas reações e adaptação podem ser espontâneas, produzidas pelo conjunto das forças e instituições que concorrem para o desenvolvimento das sociedades, como podem ser provocadas, intencionais, e serão mais rápidas e eficazes se dirigidas segundo planos baseados na ciência social, onde e quando esteja esta em condições de orientá-las ou de influir na sua direção. Por outras palavras, a reorganização, a disciplina e o controle racionais dos movimentos e das reações coletivas marcam um progresso real, objetivo, pela aplicação dos conhecimentos sociológicos, econômicos e políticos à solução dos problemas sociais. Foi Augusto Comte que mostrou, de um lado, “a

6) Paul Valéry — *Propos sur le progrès*. In “*Pièces sur l'art*”, pág. 177. 47^e édition. Gallimard, Paris.

tendência da ordem natural em tornar-se cada vez mais *modificável* à medida que se complica” (como é o caso da realidade social, que, sendo mais complexa, é, por isso mesmo, mais plástica e maleável que qualquer outra), e, de outro lado, e em consequência, “a possibilidade cada vez maior de o homem conduzir pela ciência a sociedade ou de modificar e orientar os movimentos sociais pela direção deliberada de uma atividade de acôrdo com as leis naturais”. Essas duas conclusões de Comte sôbre a tendência da ordem natural a se tornar mais modificável à medida que se complica, e sôbre a possibilidade de se intervir pela ciência na realidade social e de dar aos problemas emergentes de novas situações sociais uma solução racional fundada na observação dos fatos e na reflexão sôbre eles, abrem perspectivas e fornecem elementos à elaboração de uma noção científica de progresso social.

De fato, como o homem conseguiu, pelo conhecimento das leis naturais, dominar a natureza e pô-la a seu serviço, admite-se que possa contribuir cada vez mais pelo conhecimento do mecanismo da vida social, para dominar as fôrças sociais, controlá-las e dirigi-las ou, ao menos, exercer influência ponderável sôbre elas e intervir nas diversas partes do movimento e da evolução social. “As leis naturais às quais êsse movimento está, com efeito, submetido, longe de nos desviarem de modificá-lo sem cessar, devem, ao contrário, servir-nos para aplicar melhor ou com mais segurança nossa atividade” de direção e reconstrução social. Foi êsse problema que, entre outros, abordou Karl Mannheim, em “Zur Diagnosis unserer Zeit”, em que estuda a “técnica social” utilizada pelas ditaduras e pela propaganda política e a possibilidade de empregar essa técnica social em um plano de coordenação que respeite as diferenças individuais e não suprima a liberdade. O progresso social consistiria, pois, num aumento ou acréscimo do poder (social) utilizável pelos homens e de precisão que possam atingir em suas previsões, sociais, econômicas e políticas, ou, ainda, no aumento da capacidade e da eficiência humanas, sôbre a base do conhecimento da vida social, em seu dinamismo, em seus processos, na direção, modificação e reconstrução da sociedade, de acôrdo com as leis naturais ou, se preferirem, de acôrdo com as conclusões ou os resultados de pesquisas planejadas com rigor e metódicamente conduzidas. Assim, pois, se admitirmos a possibilidade de progresso constante das ciências sociais e humanas e de aplicação de conhecimentos sociológicos e antropológicos para o contrôle e direção dos movimentos e solução dos problemas sociais, temos de aceitar também a de uma noção de progresso social em que não se misturem juízos de valor a juízos de realidade. Uma palavra, seja, por exemplo, “progresso”, não vale apenas pelo que soa aos ouvidos, na linguagem corrente, mas pelos sentidos que assume e variam ou podem variar conforme os grupos profissionais ou os diferentes campos científicos em que penetrou. E’ preciso,

pois, para se chegar a uma conclusão segura, examinar as relações entre a idéia e a palavra: conforme o sentido que lhe atribuímos ou a idéia que com ela ou por ela se pretende traduzir, ela terá um sentido científico ou extra-científico pelos juízos de valor que implica em acepções determinadas. O que importa, quando empregamos tal ou qual termo, como “progresso”, em linguagem científica, é o sentido que lhe atribuímos, isto é, um conteúdo conceptual, claramente definido. E’ o que se dá com a palavra “progresso”, que, como o vocábulo “evolução” e tantos outros, se emprega em sentidos diferentes, ora carregados, ora despojados de conotações valorativas.

Mas, prosseguindo em nossa análise, tomamos a John Dewey a observação de que o progresso, afinal, consiste num “aumento de significado e alcance da experiência humana”, — o que envolve uma multiplicação de distinções percebidas, como também harmonia e unificação. Assim, pois, a) a conversão da unidade em variedade (enriquecimento de formas), b) a da luta em harmonia, e c) a da limitação em expansão, constituem critérios objetivos, fáceis de aplicar, e oferecem elementos para pesquisa e verificação de progresso em determinadas direções, que se podem constatar dentro dos quadros de uma cultura ou de uma forma de civilização. Um sociólogo pode investigar sobre êsses três fatos ou processos de diversificação, de unificação ou de expansão, e concluir em que direção ou em proveito de que cultura se manifestam, sem entrar na apreciação dos movimentos sócio-culturais segundo seus pontos de vista ou suas concepções filosóficas. Nada impede, aliás, afirmar, “sobre um ponto preciso e em função de um critério definido” (as palavras são de Claude Lévi-Strauss) “a superioridade particular de uma cultura sobre a outra”, como, por exemplo, no século XIX e nos começos dêste, a superioridade científica e técnica do Ocidente que unificou o planeta e tornou concebível uma civilização mundial. Não há juízo de valor em uma afirmação de um fato, como êsse, verificável por dados estatísticos e que podemos examinar em seus elementos objetivos, sem qualquer indagação de ordem filosófica ou moral. Quando o cristianismo atingiu a Europa, em que entrou, vindo do Oriente Próximo, pelos povos mediterrâneos, e, de religião restrita a Judéia, se difundiu por todo o ocidente europeu (conversão de limitação em expansão), lutando até alcançar unidade contra o paganismo e as dissensões internas que abriam cismas e procuravam dividi-lo, a expansão e unificação da religião nova, em seu espírito e em seus dogmas e ritos, constituem um progresso real (dessa religião), que se pode definir em termos concretos e cujas causas e conseqüências sócio-culturais são igualmente suscetíveis de análises sociológicas, tão rigorosamente científicas, quanto o permitam os dados históricos referentes à questão.

Essa conversão da unidade em variedade, da luta em harmonia, êsse “aumento de significado e alcance da experiência humana”, nesse ou na-

quele setor, nessa ou naquela direção, — na direção que tomaram, por exemplo, a idéia de liberdade e as instituições democráticas, em Atenas, ou na da predominância do coletivo sôbre o individual, da ordem e disciplina, em Esparta, são progressos, em sentidos diferentes, que se podem constatar e analisar, segundo uma perspectiva sociológica, científica, sem se entrar na apreciação dêsses fatos segundo determinados esquemas de valores. Poderá um liberal democrata, dentro de sua concepção de vida, reconhecer uma evolução “para melhor”, em Atenas, — “protótipo de tôdas as sociedades livres(nas palavras de Adlai Stevenson), e cuja glória reside no fato de ter, pela espontânea vontade dos cidadãos, suplantado o poder da Pérsia e superado, pelo seu próprio pensamento, a disciplina férrea dos espartanos”. A grande oração fúnebre de Péricles traduz, de modo inexcedível, os ideais que viveu Atenas e de que vieram a participar, através de séculos, cidadãos de tôdas as pátrias: “Admitimos todos em nossa cidade e não expulsamos estrangeiros por medo de que êles pudessem ver demais, porque, na guerra, confiamos em nossa bravura e coragem e não em estratégias e preparativos. Os nossos inimigos preparam-se para a guerra, submetendo-se a treinamento intenso desde a adolescência; vivemos à vontade, mas não somos menos confiantes ao enfrentar perigos. Amamos as artes, mas sem exibicionismo suntuoso, e amamos as coisas do espírito, sem nos tornarmos brandos”. Outros preferirão, pelo seu amor à ordem e à disciplina, os ideais para que se orientou e segundo os quais se organizou a vida espartana. Ao sociólogo, porém, compete analisar objetivamente êsses progressos ou movimentos para diante nessa ou naquela direção, os fatores externos e internos que os provocaram, as suas contribuições num ou noutro sentido e suas conseqüências.

Como quer que seja, tôdas as sociedades, na variedade de seus setores, religiosos, espirituais, intelectuais, econômicos ou políticos, vivem êsse duplo processo de diferenciação e unificação. E aqui tocamos num ponto essencial para a compreensão do que é progresso e das causas e condições da produção dêsse fenômeno. Em seu estudo “*Race et Histoire*”, em que Claude Lévi-Strauss se propõe a combater os preconceitos racistas, detém-se êle na análise da significação histórica da diversidade das culturas e da unificação que parece operar-se hoje em proveito da civilização ocidental (entendida em sentido muito largo) e das idéias de evolução e de progresso⁷. Partindo da observação do fato das diferenças culturais de um para outro povo ou de uma civilização para outra, procura estabelecer as causas dessas diversidades. Mostra que na origem delas estão as mudanças de cultura, pois, assim como se produzem mutações biológicas, existem também “mutações culturais”, e que o progres-

7) Claude Lévi-Strauss — *Race et Histoire*. Étude écrite sur la demande de l'Unesco, Paris, 1952. Cf. L'Express. 22 avril 1955. N.º 100. Paris.

so, portanto, não é contínuo, como também não é linear, isto é, somente numa direção. O que resta a explicar é o que provoca essas bruscas mudanças de orientação e porque certas culturas puderam, em certas direções, ir mais longe do que outras. Elas provêm certamente da capacidade inventiva do homem, que permanece quase constante na história e não é, em todo caso, apanágio de nenhuma raça e de nenhuma cultura. O mesmo problema se põe, e é então de se saber por que essa capacidade não determina mutações culturais importantes senão em certos períodos e em certos lugares. A resposta de Lévi-Strauss consiste em achar a condição de progresso, a um tempo, na diferenciação das culturas e em seus contactos ou, por outras palavras, que a cultura progride quando ela aumenta e intensifica seus contactos, de qualquer natureza que sejam, com outras. Assim, o sucesso do Ocidente prende-se ao fato de que “a Europa, no comêço da Renascença, era o lugar de encontro e fusão das influências as mais diversas”. Quando êle contesta a pretensa superioridade moral da Europa, não deixa de mostrar logo que essa ética é um outro exemplo do contacto das civilizações, pois ela foi marcada pelo Oriente, ou mais exatamente pela Judéia, tributária por sua vez da Babilônia e do Egito.

Em um artigo em que faz a crítica dessa tese e ao qual respondeu Lévi-Strauss em “Temps Modernes”, (n.º de março de 1952), Roger Caillois apresenta seu ponto de vista para explicar as mudanças culturais, que o grande antropólogo francês liga, com tóda a razão, à diferenciação das culturas e a seus contactos. São duas teses que se opõem. Já vimos a de Lévi-Strauss. Qual agora, a de Caillois? Segundo a concepção dêste, “cada cultura progride independentemente das outras, em virtude dos dons que ela possui, e sem que se saiba donde ela os tem. A diversidade das culturas é bem o fato primeiro. Mas a que leva vantagem, assim fechada sôbre si mesma, nas competições de fato que as opõem umas às outras, não deve seu sucesso senão às suas qualidades próprias”. Essas afirmações de Roger Caillois, que atribui o progresso de uma cultura *aos dons que ela possui e sem que se saiba donde ela os tem*, acrescentando não dever ela seus progressos *senão às suas qualidades próprias*, são vagas e imprecisas demais para as admitirmos como científicas. Entra-se por elas num mundo de divagações metafísicas. A verdade parece-me estar com Lévi-Strauss, quando explica o progresso (tese a que se opõe Roger Caillois), “pela diversidade das culturas e suas influências recíprocas”. Eis a sua conclusão: “a exclusiva fatalidade, a única tara que pode afligir um grupo humano e o impede de realizar plenamente sua natureza, é a de estar (ou de ser) só. A diversidade é um fato de civilização ao mesmo título que a unidade”. O progresso suprime a diversidade (conversão da diversidade em unidade ou da luta em harmonia), — diversidade que lhe é, no entanto, indispensável. Êle se esteriliza, portanto, a si

mesmo e não poderia retomar sua marcha senão por novas diversificações. A condição ou uma das condições para que se realize o progresso, em uma sociedade, nessa ou naquela direção, está, pois, segundo Lévi-Strauss, na diversidade das culturas e em seus contactos ou nas contribuições que uma sociedade recebe de fora, isto é, de outras culturas, e cuja diversidade inicial é precisamente o que torna necessária e fecunda a colaboração dos homens ou das sociedades e de suas culturas respectivas.

Em todo caso, como observa G. Smets, ao estudar os fenômenos de estagnação e de regressão, “é preciso modificar os termos do problema” (refere-se ao problema de evolução social que hoje se põe de modo muito diferente daquele em que o colocava o século XIX). “Será preciso (acrescenta) perguntar-nos se o progresso é mais normal que a estagnação. E’ necessário admitir que êle deve ser explicado ao mesmo título que esta. Uma teoria do progresso impõe-se, e dela se poderiam encontrar os elementos em mais de um pensamento. Digamos que cada progresso tem uma história que lhe é própria: que a acumulação dos conhecimentos humanos não nos dá conta por si só da história dos progressos; que é preciso admitir que êle resulta das crises, das rupturas de equilíbrio, e que o equilíbrio não se restabelece senão graças às invenções da técnica industrial ou da técnica social. Poderá, pois, haver estagnação desde que, uma vez restabelecido o equilíbrio, não haja novas rupturas de equilíbrio”. Talvez a pausa ou estagnação (estas palavras são ainda de Smets) “se torne menos provável quando o nível é mais elevado; pois a diferenciação é então mais acentuada e a transmissão das técnicas e das tradições, a um tempo mais abundante e menos homogênea; grupos distintos se formam; estalam conflitos; as crises são mais freqüentes e mais violentas. Seria o momento de falar do papel das classes desprezadas que têm sido muitas vezes uma das molas do progresso. Contudo, os mecanismos de parada existem entre nós como entre os primitivos. Sem dúvida, nossos países estão longe de terem saído do período de transformações rápidas, o qual começou há alguns séculos. A acumulação de conhecimentos técnicos e a aplicação imediata das descobertas científicas, aumento de população, concorrência industrial intensa, modificações da composição das classes sociais e das relações entre elas, conflitos entre os povos, acarretando transformações políticas profundas. Percebem-se todavia indícios de um esforço consciente para a ordem e a estabilidade: contrôles dos nascimentos, regulamentação da emigração, seguros e prêmios, organização racional da produção, grupos corporativos das classes industriais, medidas contra a flutuação dos preços, movimentos pacifistas, jurisdição internacional, sociedade das Nações. E’ possível que nossas sociedades escapem sempre à

estagnação; mas, se se produzisse o contrário, não seria senão um fenômeno que teria tido precedente em tôdas as civilizações atualmente estagnantes”⁸.

A esta altura já se torna mais fácil compreender a distinção essencial entre mudança social e progresso. De fato, a evolução social, que é um fenômeno de dinâmica das sociedades, uma transformação ou série de transformações da estrutura social e na base das quais se acha a mudança das relações econômicas ou de produção dos bens materiais, não é um progresso em si mesmo. Ela proporciona, sim, oportunidades para o progresso, com a emergência de problemas novos e necessidade de enfrentá-los. Tôda transformação de ordem econômica e social suscita e põe problemas que desafiam a argúcia dos homens e de cuja solução dependem a continuidade e os progressos de uma sociedade, em tal ou qual direção. Ao lado, pois, do fato de que não se verifica pela simples substituição de uma sociedade mais ou menos estacionária por uma sociedade dinâmica, segundo observa John Dewey, está o fato de que essa substituição oferece ocasião de progresso e é mesmo sua condição quando não é seu efeito ou consequência. Assim, quando observamos com Durkheim que a diferenciação, produzindo a complicação social e o entrecruzamento dos círculos sociais, liberta o indivíduo, que, nas palavras de A. Cuvillier, “deixa de ser então o homem de um só grupo e ao qual, achando-se daí por diante no ponto de cruzamento dos grupos, a diversidade mesma dos seus liames confere mais originalidade, mais variedade e mais independência, e, portanto, mais personalidade”, queremos significar que essa diferenciação social não é em si mesma um progresso, mas uma condição para o desenvolvimento da personalidade humana, pela maior originalidade e independência que adquire o indivíduo em relação ao meio social ou, mais precisamente, à sociedade como um todo. A libertação do indivíduo em face da sociedade global, a sua diversificação e o aumento do grau de independência constituem fator poderoso de progresso social e se podem mesmo considerar um progresso real, objetivo, no sentido da “liberdade individual”, da emergência da personalidade humana, seja qual fôr a idéia que nós fazemos dessa liberdade, do bem ou do mal que possa representar em face dessa ou daquela concepção filosófica, política ou moral.

O progresso, pois, não se confunde com mudança social, que não é um progresso em si mesma, mas uma condição para que se realize, senão freqüentemente uma de suas consequências. Ele pode, por certo, resultar de uma transformação sócio-cultural sem que haja interferência intencional, planejada, na orientação de mudança ou movimento social. Desde

8) G. Smets — *Sociologie des Primitifs. Les causes de stagnation et de regrès.* In *Les origines de la société.* Exposés. Deuxième Semaine Internationale de Synthèse. Premier Fascicule. Librairie Félix Alcan, Paris.

que se produzam determinadas condições, como sejam os contactos de culturas diferentes e suas mútuas influências, mudanças econômicas e sociais, há sempre possibilidades e perspectivas a examinar de progresso social nessa ou naquela direção. Não na direção que quiséssemos ou seria de desejar, segundo pontos de vista particulares, mas na direção para que se encaminha esta marcha para diante dentro do processo de evolução de uma sociedade ou de uma forma de civilização. É um progresso que se realiza sem o procurarmos, em virtude ou sob a pressão de forças coletivas que cooperam no desenvolvimento das sociedades. Mas, se o progresso social se realiza, como se vê, espontaneamente, sem que haja plano preconcebido para provocar ou disciplinar movimentos e mudanças sociais, pode êle também resultar, dentro de condições favoráveis, de uma ação deliberada sôbre essas mudanças e movimentos. Se, pelo progresso da ciência, chegarmos a adquirir e apurar uma arte ou técnica social, constituída de processos operatórios adequados a conjunturas diferentes, que nos permitam intervenções seguras e eficazes nas mudanças sociais e nos efeitos ou movimentos resultantes de contactos de culturas, o emprêgo dessas técnicas nos fornecerá os meios não sòmente de acelerar a marcha para o progresso, mas de orientá-la em determinadas direções. É então e também progresso social, em tal ou qual sentido todo movimento que se processe, impellido e orientado pela ação deliberada, em bases e segundo técnicas científicas, sôbre mudanças sociais e fenômenos de aculturação. O progresso sócio-cultural que seria “um aumento de significado a alcance (avaliável pelos seus aspectos positivos) da experiência presente”, se tem por condição as transformações sociais, exprime-se nos diversos níveis e setores da vida social, pelo esforço consciente aplicado à solução racional dos problemas ou pela direção maior ou menor que o homem possa dar deliberadamente a essas mudanças, traduzindo o sentido real delas e controlando o curso dos fatos pelo maior conhecimento dos fenômenos econômicos e sociais, de suas causas e conseqüências, dos processos organizatórios e dinâmicos e, portanto, do complexo mecanismo da vida social.

BIBLIOGRAFIA

- BRUNSCHVICG, Léon — *Le progrès de la conscience dans la philosophie occidentale*. Chapitre XVII. Sociologie du progrès. Chapitre XVIII. Sociologie de l'ordre. Tome Second. Presses Universitaires de France.
- CONDORCET — *Esquisse d'un tableau historique du progrès de l'esprit humain*. Texte revu et présenté par U. H. Prior, Boivin Editeur, Paris, 1933.
- CUVILLIER, Armand — *Manuel de Sociologie*. Vol. II. Civilisation et Progrès, págs. 674-675.
- DURKHEIM, Émile — *Montesquieu et Rousseau. Précurseurs de la Sociologie*. Note Introductive de Georges Davy. Chapitre III. Librairie Marcel Rivière et Cie. 1953.

- FERRIÈRE, Ad. — *La loi du progrès en biologie et en sociologie*. Genève, Suisse.
- FRIEDMANN, Georges — *La Crisis del Progreso*. (Trad.). Biblioteca Ciencia y Sociedad. Editorial Paidós. Buenos Aires.
- GINSBERG, Morris — *The Idea of Progress. A Revaluation*, London.
- GIROD, Roger — *Social Progress and the Organisation of Social Research*. International Labour Review, Genève, Switzerland. LXV. 5, May, 1952. Págs. 555-577. V. in "Ciencias Sociales". Boletín n.º 18, pág. 161.
- HUBERT, René; FERRERO, Guglielmo; JANET, Pierre; LE ROY, Edouard; LEGENDRE, René; ROSTAND, Jean; BAUER, Ed.; REY, Abel — *La notion de progrès devant la science actuelle*. Exposés et Discussions, Sixième Semaine Internationale de Synthèse. Félix Alcan. Paris, 1938.
- KÜHNE, Otto — *El Progreso Técnico y el Progreso Social*. (Trad.). In *Revista Mexicana de Sociología*. Año XXII. Vol. XVII. N.º 3. México.
- LALANDE, André — *Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie*. Vol. II, Société Française de Philosophie. Librairie Félix Alcan. Paris, 1938.
- MORENTE, Manuel Garcia — *Ensaio sobre o Progreso*. Trad. do espanhol por Joaquim de Carvalho. Edição "Seara Nova". Lisboa, 1936.
- SIEGFRIED, André — *Historique de la notion du Progrès*. Édition de la Baconnière. Neuchâtel, Suisse, 1947.
- SPENCER, Herbert — *Progress: its Law and Causes*. London, 1857.
- VALÉRY, Paul — *Pièces sur l'art*. Pág. 177: *Propos sur le progrès*. 47e Édition. Gallimard, Paris.
- VILHENA, Magalhães — *Progresso. História breve de uma idéia*. Coimbra, 1939.